

PLATÃO E A POLÍTICA IDEAL

José João Neves Barbosa Vicente¹

RESUMO

A busca de uma política ideal é tão antiga quanto a própria origem da política. Na obra de Platão, *A República*, a questão fundamental discutida pelo filósofo, por exemplo, encontra-se relacionada a essa busca, pois apenas a política ideal é capaz de possibilitar o funcionamento ordenado, harmonioso e duradouro de uma comunidade política. A proposta deste artigo é refletir sobre a maneira como Platão pensa a política ideal e os elementos essenciais que contribuem para o seu sucesso e eficácia.

Palavras-chave: Comunidade política. Educação. Justiça. Política ideal.

ABSTRACT

The search for an ideal policy is as old as the source of the policy itself. In the work of Plato, the Republic, the key issue discussed by the philosopher, for example, is related to this search, because only the ideal policy is able to facilitate the orderly functioning, harmonious and durable of a political community. The purpose of this article is to reflect on the way as Plato thinks the ideal policy and the key elements that contribute to its success and effectiveness

Keywords: Community policy. Education. Justice. Ideal policy.

Aqueles que pensam ou afirmam que o caminho para uma prática política ideal passa necessariamente pela educação, não estão errados se considerarmos, por exemplo, o pensamento político desenvolvido por Platão, pois para o filósofo em questão, a política ideal jamais será alcançada e sustentada sem uma verdadeira educação dos cidadãos. Ou seja, para o filósofo grego, antes de pensarmos em propagar a ideia de uma política sólida e consistente para todos, devemos pensar naquilo que a sustenta, ou seja, na sua base que é a educação dos cidadãos. Em outros termos, se queremos a política, precisamos primeiro ter a educação; sem a segunda, não existe a primeira, e se por acaso existir uma política sem a educação, ela certamente se transformará em algo totalmente sem sentido.

¹ Graduado e Mestre em Filosofia pela Universidade Federal de Goiás (UFG), Doutorando em Filosofia pela Universidade Federal da Bahia (UFBA) e Professor de Filosofia da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB).E-mail: josebvicente@bol.com.br

Em sua obra *A república*, Platão discute vários temas importantes, mas para o filósofo, qualquer tema que possa ser discutido tendo em vista os homens, a questão da educação deve ser sempre a primeira a ser considerada, e quando o tema é a busca da política ideal, a ênfase sobre a educação deve ser ainda maior, pois é impossível atingi-la sem que os cidadãos possam desfrutar de uma verdadeira educação. Na verdade, para o filósofo, todos os problemas da humanidade, para serem resolvidos e solucionados como problemas humanos, precisam passar necessariamente pela educação. Não é por acaso, por exemplo, que a sua obra, como observou Williams (2007), além de ter influenciado profundamente grandes teóricos da educação da época moderna, entre eles Rousseau, apontado pelo autor como sendo o platonista do século XVIII, permanece como uma obra contemporânea de grande relevância quando o assunto em questão é a educação e política, pois em todos os tempos, *A republica* de Platão permanecerá como sendo uma proposta racional para a prática de uma política ideal onde a educação será sempre a sua base de sustentação permanente. Apenas desse modo, em termos platônicos, a política será justa e jamais condenará, por exemplo, um justo e inocente como fez com Sócrates, “o mais sábio e o mais justo” (PLATÃO, *Fédon*, 117e), sob a alegação de negar os deuses, introduzir novos cultos e de ter corrompido a juventude.

Se os homens pretendem viver bem em uma comunidade política organizada, eles precisam antes fazer o uso adequado da razão, uma atividade que precisa da educação para ser executada adequadamente; mas o uso da razão como está sendo dito aqui, deve acontecer de forma não dogmática para que cada cidadão possa pensar e examinar adequadamente a sua própria vida, afinal quando a vida de um indivíduo é examinada por outro, essa prática pode ser descrita como manipulação ou domínio de um homem sobre o outro, um forma de vida que, em hipótese alguma, merece ser vivida; apenas examinando a própria vida através do uso da razão, ela se tornará digna de ser vivida verdadeiramente. Esse tipo de vida que, em termos gerais, apenas acontece através da educação dos cidadãos, tende a perturbar toda e qualquer política cuja base de sustentação não é a educação, mas o interesse particular dos governantes; por outro lado, ele serve para fortalecer uma comunidade onde a origem da política encontra-se alicerçada não no interesse particular, mas na educação dos cidadãos.

Portanto, em termos platônicos, não se pode separar a política da educação. Nenhuma organização humana é capaz de subsistir quando a educação é ignorada ou simplesmente colocada no segundo plano. Se pensarmos exclusivamente na política ideal como imaginada pelo filósofo grego, devemos considerar que a questão da educação não é um

tema político, ou em outros termos, não é um assunto político como pensam, por exemplo, os governantes atuais, mas sim uma condição necessária para a existência e permanência da política. Não se pode ter inspiração para uma vida voltada para o bem comum, se a educação permanecer ausente ou manipulada através dos interesses daqueles que governam, a única inspiração que deve servir e permanecer como base para toda a política autêntica só pode nascer de uma autêntica educação que preserva e incentiva o uso livre da razão, não de uma doutrinação voltada para os objetivos de interesse particular. A educação possibilita ao indivíduo fazer a investigação e chegar à verdade não apenas sobre o mundo e a natureza humana, mas também sobre a função e o funcionamento da política e aplicá-la em benefício da vida de todos os homens.

Portanto, a educação, em termos platônicos, não apenas permite o surgimento da política ideal desejada por todos, como também cria condições para corrigi-la e revitalizá-la constantemente caso isso seja necessário, preservando assim a justiça e a ordem entre os cidadãos de uma comunidade organizada. Esta comunidade não pode ser, por exemplo, uma timocracia, uma oligarquia, uma democracia e nem uma tirania, pois elas são, em essências, sociedades imperfeitas: a primeira tem a ver com a honra e a fama, a razão e a compreensão são totalmente negligenciadas; a segunda inclina-se a levar ao colapso as antigas divisões entre as classes e o ganhar dinheiro é a atividade fundamental e dominante, nesse sentido a política concentra-se nas mãos dos abastados; a terceira origina-se através da tomada de poder pela a maioria oprimida interessada em desfrutar os prazeres momentâneos e os desejos dissipadores e desnecessários, levando a comunidade política a uma liberdade caótica e irrestrita cuja consequência será a anarquia; por fim, a quarta surge do desejo de restaurar uma certa ordem; o indivíduo dessa comunidade é poderoso e inescrupuloso e apenas almeja o poder absoluto, nada o detém e está disposto a sacrificar qualquer coisa para atingir o seu objetivo. A comunidade fundamentada na ideia de uma política ideal, como pensada por Platão, só pode ser, portanto, uma aristocracia de talentos e não de berço.

Uma política ideal cujo fundamento é a educação, busca em primeiro lugar, esclarecer o sentido e o significado da justiça para toda a comunidade organizada, pois a justiça, quando se trata de política, deve sempre ser, para Platão (*A república*, 430d), a causa de toda a investigação. Uma tarefa que, a princípio, parece ser difícil se levarmos em consideração que os homens, de um modo geral, encontram-se presos na “Caverna”, isto é, limitados a ver e a aceitar apenas aquilo que aparece e não aquilo que é, eles apenas convivem com os reflexos, as sombras e os ecos da realidade; por isso mesmo, a grande

parte da política praticada por eles, não passa de uma grande balburdia de vozes em dissonâncias e que nunca entram em acordo sobre qualquer tema que se discute; construída de gritos e de afirmações individuais, egoístas e interesseiras, tal política se transforma em uma grande opinião discordante e sem fim concreto, sem qualquer tipo de compreensão adequada sobre a essência e o fundamento de algo necessário a todos.

Para Platão, não se pode atingir a política ideal com argumentos e fundamentos baseados em fatos e normas sociais. Quando se trata de justiça, por exemplo, não se pode admitir que ela se resume simplesmente em “dizer a verdade” e em “restituir aquilo que se tomou” (PLATÃO, *A república*, 331d), ela também não pode ser reduzida a um simples ato que consiste em “auxiliar os amigos e prejudicar os inimigos” (PLATÃO, *A república*, 334b). Na verdade, estes exemplos ou práticas de alguns, são frutos de um hábito cultural impregnado nas opiniões comuns de muitas pessoas; são atitudes que, em essência, não dizem, em hipótese alguma, o que a justiça é, apenas procuram descrever ou identificar algumas espécies de ações como justas de acordo com as opiniões mais comuns compartilhadas em uma determinada comunidade organizada. É importante lembrarmos que, em termos platônicos, devolver aquilo que alguém lhe emprestou, não significa necessariamente que você praticou uma ação justa, da mesma forma que não se trata de uma ação justa “auxiliar os amigos e prejudicar os inimigos” (PLATÃO, *A república*, 334b). Mas será que quando se trata da política ideal podemos dizer que a justiça, um dos seus elementos mais importante, pode ser defendida como “conveniência do mais forte” (PLATÃO, *A república*, 338c), ou seja, que a justiça deve basear-se na elaboração das leis e no seu estabelecimento de acordo de acordo com a conveniência do governo que está no poder?

Para Platão, esse tipo de postura só serve como argumentos retóricos para iludir e enganar os cidadãos; apenas um orador hábil e eloquente seria capaz de defender tal tese, pois ele consegue encantar seus ouvintes com belos discursos mesmo sem dizer absolutamente nada sobre aquilo que propõe dizer. Trata-se, no entanto, de uma tese que não consegue resistir por muito tempo, afinal todos nós sabemos que qualquer política cujo objetivo é beneficiar apenas o governo, facilmente será desclassificada e destituída desse título. Todo o governo deve praticar a política cujo objetivo necessariamente deve ser o bem comum de todos; nenhuma política ou governo deve propor como meta final aquilo que é útil apenas para si, mas aquilo que é útil para todos, pois não existe uma vida melhor do que a outra quando o assunto em questão é a política, todos, portanto, precisam ser tratados como iguais para que a comunidade política possa perdurar. Justiça também

está longe de ser a preservação dos valores individuais ou algo que deve ser fundamentado na ideia comum de que é melhor ser justo do que injusto, pois uma ação nesse sentido além de não dizer o que de fato a justiça é, contribui para dificultar a pesquisa sobre ela, quando alguém faz elogio à justiça, por exemplo, ele não está dizendo o que a justiça é e nem fazendo uma investigação sobre ela, apenas repete o que a maioria das opiniões defende sobre a justiça. Portanto, preservar os ensinamentos sobre a justiça nos quais o indivíduo foi criado, não decide nada sobre o sentido e o significado da mesma.

Para Platão, se queremos definir o sentido e o significado da justiça verdadeiramente, precisamos investir primeiro na educação, pois apenas ela é capaz de nos possibilitar uma definição adequada da justiça, condição essencial para o desenvolvimento da política ideal. Não se pode pretender uma política ideal enquanto muitos homens ainda estão presos na “Caverna”. É preciso, portanto, executar a verdadeira educação capaz de libertá-los dessa condição; como um dos primeiros pensadores a defender a educação como a chave para a construção de uma política ideal capaz de possibilitar um convívio ordenado e harmonioso entre os cidadãos de uma comunidade organizada, Platão diz que ausência da educação prende o indivíduo na caverna, mas a sua presença o liberta dessa situação e o transforma em um indivíduo capaz de construir a verdadeira política, mas tal educação precisa ser necessariamente atenta e cuidadosa, pois caso erre ela poderá contribuir para a formação de um indivíduo capaz de ser “pior do que a natureza medíocre”, na verdade, diz Platão (*A república*, 491d/e), mesmo “as almas mais bem dotadas”, quando submetidas a uma educação inadequada, acabam se tornando “extremamente perversas”. Mas em todo caso, devemos considerar, também, que a natureza do indivíduo influencia consideravelmente em seu processo educativo, na verdade, em termos platônicos, a própria capacidade de um homem para fazer grandes coisas depende em grande medida da sua natureza, isso significa dizer que se alguém tiver “uma natureza medíocre”, por mais que tente no sentido educativo, ele, infelizmente, “jamais fará algo de grande a alguém, seja a um particular, seja a uma cidade” (PLATÃO, *A república*, 495b).

Portanto, para que possamos chegar a alcançar a política ideal, precisamos executar com eficácia uma educação que seja capaz de desenvolver todas as qualidades naturais do indivíduo, pois sem essa educação não conseguiremos sequer alcançar e garantir a justiça, uma condição necessária para que a política ideal possa se manifestar em sua plenitude. Essa justiça louvada e defendida por Platão é definida, em termos gerais, como uma ocupação por parte de cada um “de uma função” específica “para qual a sua natureza é mais adequada” (PLATÃO, *A república*, 433a). Nesse sentido, só podemos alcançar a

plenitude da política ideal no seio de uma comunidade organizada, quando não apenas cada indivíduo execute a sua função e cada parte que o constitui também desempenhe a sua tarefa, mas também quando no seio da comunidade politicamente organizada, cada uma das suas partes ou classes faça efetivamente a atividade que lhe é própria; portanto, em essência, justiça não é opinião de cada um em particular, mas é definida em si como um princípio básico, fundamental e necessário cuja função consiste em ordenar cada indivíduo no sentido de cumprir a sua função, pois quando alguém começa a interferir na função do outro, a política perde o rumo e em pouco tempo ela é totalmente arruinada.

Na verdade, quando Platão fala da justiça sem a qual a política não consegue se manter no seio de uma comunidade organizada, ele a concebe como algo que obedece aos mesmos princípios, seja no indivíduo seja na comunidade como um todo. Por isso, para ele, quando se diz que alguém é justo, significa dizer que ele é um indivíduo de uma correta disposição de seus diversos elementos, a saber, os desejos, as paixões ou impulsos e a razão, e só se pode falar, nesse caso, em uma harmonia perfeita, se os dois primeiros elementos estiverem devidamente orientados pela razão; caso ocorra a usurpação dos “poderes”, o indivíduo se transforma em um ser descontrolado e altamente corrompido, o que em outros termos significa dizer um indivíduo injusto. Portanto, em hipótese alguma, a justiça, como entendida por Platão (*A república*, 443d), pode ser entendida como uma atividade externa ao indivíduo, mas sempre como uma atividade “interna”, a saber, como algo que é verdadeiramente; a justiça, portanto, não permite, por exemplo, “que qualquer das partes da alma” do indivíduo “se dedique a tarefas alheias nem que interfiram umas nas outras”; a justiça como entendida por Platão, possibilita ao indivíduo não apenas estar em ordem e em harmonia, mas a ter também o autodomínio e organização no verdadeiro sentido da palavra. O indivíduo assim constituído encontra-se preparado para qualquer tipo de ação, e sempre quando age, o faz tendo em vista o verdadeiro sentido da política.

No seio da comunidade politicamente organizada, nos diz Platão, existem também três partes ou classes, a saber, aquela que trabalha e se ocupa de atividades econômicas e que são, portanto, a mais numerosa; aquela que se ocupa da guerra e da defesa da cidade e por último, como observaram Annas (1981) e Irwin (1995), a parte ou classe preparada para possuir discernimento em relação à natureza da bondade e da justiça, e completamente altruística em seus desejos de traduzir seus conhecimentos em legislação judiciosa e de elaborar as políticas para o benefício de toda a cidade. Para Platão (*A república*, 519e-520a), em uma comunidade dirigida pela política ideal plenamente

desenvolvida, a lei não protege apenas uma “classe”, mas protege e se preocupa com a “totalidade dos cidadãos”, busca harmonizá-los por meio de “persuasão ou pela coação” levando-os a partilharem “uns com os outros do auxílio que cada um deles possa prestar à comunidade”. A lei, portanto, não permite que cada indivíduo faça o que quiser, mas sim que lutem no sentido de manter a perfeita união da comunidade.

Para o bem da política ideal, é preciso que a justiça seja entendida como ela é em si mesma e não como pensam as várias e infundáveis opiniões que em nada contribuem para o seu significado, mas apenas a apresenta na sua aparência provocando assim confusões e ilusões a seu respeito. Ninguém é justo, portanto, se não seguir a ordem natural, qualquer indivíduo que venha a romper as divisões, as hierarquias e as funções da alma ou da comunidade politicamente organizada, deixa de ser justo e se transforma em um ser injusto. A justiça, portanto, deve ser cultivada como ela é para o bem e para a eficácia da política ideal, se enveredarmos para o campo da injustiça e do interesse particular, buscando apenas a riqueza material, o prazer ou a luxúria, afastaremos totalmente dela e, certamente, seremos infelizes como cidadãos politicamente organizados. Portanto, apenas temos um único caminho capaz de nos conduzir em direção à política ideal, a saber, a educação cuidadosa e atenta, apenas ela é capaz de nos revelar o verdadeiro sentido e significado da justiça que consiste, essencialmente, na harmonia e no equilíbrio; essa educação, como nos alerta Platão (*A república*, 518b/c), deve ser entendida não como “alguns apregoam que ela é”, isto é, como uma atividade cuja função é introduzir “a ciência numa alma em que ela não existe, como se introduzissem a vista em olhos de cegos”, mas sim com uma atividade nobre e minuciosa cuja função é a de orientar o indivíduo para a contemplação do Bem; a educação concebida por Platão, portanto, não dá visão ao homem, pois em termos gerais, entende-se que ele já a tem, mas apenas ajuda o indivíduo a olhar para onde deve, ela dá a ele os meios adequados para olhar na direção certa; somente desse modo podemos ter uma verdadeira comunidade politicamente organizada.

Para isso, torna-se necessário que governantes “desprezem as honrarias” que não combinam com o perfil de “um homem livre”, um ser destituído de valor, mas que atribui “a máxima importância à retidão e às honrarias que dela derivam”. É preciso, portanto, que os governantes consigam entender e conceber a justiça como o bem mais elevado e estejam sempre dispostos a servir e a contribuir para a manutenção da unidade da comunidade politicamente organizada. Todo o governante, nesse sentido, precisa ser um indivíduo com “facilidade de aprender”, diz Platão (*A república*, 487a), e com uma grande

capacidade de “amabilidade”, sem desprezar a amizade, a verdade, a justiça, a coragem e a temperança em nenhum momento da sua vida. O governante deve necessariamente dedicar-se a busca do conhecimento que deve começar desde a sua infância juntamente com o cuidado do próprio corpo, ele deve sempre deixar de lado aquilo que é “mutável” para buscar “o que é essencial” (PLATÃO, *A república*, 521d). Na verdade, o governante deve ser submetido a uma educação extremamente rigorosa para que ele não venha a cometer erros que possam ser fatais para a toda a comunidade política, da qual ele é o dirigente e o arquiteto, ele deve ser o melhor entre as pessoas da sua idade e capaz de alcançar, como diz Platão (*A república*, 533c/d), o “autêntico princípio, a fim de tornar seguros os seus resultados”; é apenas desse modo que ele será capaz de arrancar os muitos que estão atolados na lama violenta e elevá-los às alturas.

Portanto, o governante de uma comunidade organizada e dirigida pela política ideal, é um indivíduo que, através da educação, se tornou o mais apto, o mais inteligente, sem desprezar, no entanto, em nenhum momento, a ideia da autoridade e o sentimento patriótico. Ele não tem qualquer problema com as tentações comuns que levam muitos a cometerem o abuso de poder, pois para ele, a valorização de uma vida reta baseada na razão é mais importante, por exemplo, do que a valorização dos bens materiais. Ele enxerga em sua plenitude o belo em si e a justiça em si, não a multiplicidade das coisas consideradas belas ou justas, como fazem aqueles que apenas fundamentam seus argumentos em opiniões infundáveis; em outros termos, ele é um ser que, verdadeiramente, consegue contemplar a essência do belo, da justiça e da unidade, nas palavras de Platão (*A república*, 537c), ele consegue ter a visão do “conjunto”. Mas, certamente, para que o governante alcance tal nível de conhecimento que esta diretamente ligado ao desenvolvimento ético do indivíduo, a educação precisa livrar-se das repetições, das historinhas fabulosas, da arte de decorrer e das imitações, pois para Platão, na comunidade politicamente organizada, cada um deve desempenhar a sua função, não há espaço para imitação; o filósofo grego, portanto, como observou Popper (1987), não tem qualquer remorso quanto à censura e propõe excluir da comunidade dirigida pela política ideal qualquer indivíduo que tenta proclamar uma educação que apela às partes inferiores, não racionais de nossa natureza e, como consequência, ameaçam a unidade da comunidade política.

Apenas uma educação verdadeira cujo ensinamento não provoca medo no indivíduo é capaz de levá-lo ao conhecimento e a preservação da comunidade política; a educação não pode sufocar o pensamento do indivíduo e nem levá-lo a temer a política.

Para que ela possa contribuir para o nascimento e preservação da política ideal, a educação deve fazer com que o indivíduo desenvolva e alcance toda a espécie de virtudes, sem precisar, para isso, do socorro dos deuses. Tal educação, portanto, forma indivíduos de pensamentos livres de toda a cultura tradicional e de todas as opiniões infundadas, indivíduos que fazem a comunidade política funcionar não como um agrupamento de pessoas em conflitos constantes devido às suas opiniões divergentes, mas sim como um todo onde as coisas em si são contempladas e valorizadas, pois não existe, para a verdadeira comunidade política, nenhum bem mais importante ou maior do que aquele que a unifica; nesse sentido, a pior coisa que possa acontecer a essa comunidade é a divisão. É preciso, portanto, defender a educação que proporciona o uso da razão de forma livre, para que o indivíduo possa encontrar a melhor forma de se viver através da descoberta da política ideal. Se queremos responder às questões individuais e sociais e construir uma verdadeira comunidade política, precisamos entender a natureza humana, para isso, precisamos investir fortemente na prática da verdadeira educação, precisamos apostar alto na educação que conduz o indivíduo para a contemplação do Bem e que o faz ser virtuoso, harmonioso, equilibrado e justo, apenas esse tipo de educação é capaz de conduzir cada um de nós rumo à uma política ideal que satisfaça os anseios de toda a comunidade sem privilegiar ninguém, mas protegendo e repetindo a todos como uma verdadeira unidade.

REFERÊNCIAS

ANNAS, J. *An introduction to Plato's republic*. Oxford: Oxford University Press, 1981.
IRWIN, T. *Plato's ethics*. Oxford: Oxford University Press, 1995.

PLATÃO. *A república*. Trad. Maria Helena da Rocha Pereira. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2001.

_____. *Fédon*. Trad. José Cavalcante de Souza; Jorge Paleikat; João Cruz Costa. São Paulo: Abril Cultural, 1983 (Os Pensadores).

POPPER, Karl. *A sociedade aberta e seus inimigos*. Trad. Milton Amado. Belo Horizonte: Itatiaia, 1987.

WILLIAMS, D.L. *Rousseau's Platonic Enlightenment*. University Park: Pennsylvania State University Press, 2007